

Democracia com desigualdades: sinais da vulnerabilidade social em ambientes politicamente ideologizados

Democracy with inequalities: signs of social vulnerability in politically ideologized environments

Jairo de Carvalho Guimarães*

Resumo: Este estudo pretende ampliar as discussões quanto aos sinais de vulnerabilidade social que há na sociedade brasileira – notadamente no período que envolveu a pandemia da COVID-19 – a partir de uma análise orientada pela convicção de que a proteção social está aos poucos sendo desfeita, com perdas significativas para considerável parcela da população, tendo como pano de fundo as estruturas ideológicas implementadas por agentes políticos que detêm o poder decisório, especialmente aquelas deliberações relacionadas às políticas públicas voltadas para os coletivos fragilizados. Em sistemas democráticos não amadurecidos – em razão das recorrentes posturas autocráticas com forte vocação para o dissenso – invariavelmente os coletivos sociais sofrem reveses, especialmente diante de modelo capitalista, o qual impõe regramentos puramente cartesianos, sublevando os indicadores de desigualdades, agudizados pelos devaneios contidos nos discursos políticos.

Palavras-chaves: Democracia; Ideologia; Discursos; Proteção social; Insuficiências.

Abstract: This study intends to broaden discussions regarding the signs of social vulnerability that exist in Brazilian society – notably in the period surrounding the COVID-19 pandemic – based on an analysis guided by the conviction that social protection is gradually being undone, with significant losses for a considerable portion of the population, against the background of ideological structures implemented by political agents who hold decision-making power, especially those deliberations related to public policies aimed at fragile collectives. In immature democratic systems – due to recurrent autocratic postures with a strong vocation for dissent – social collectives invariably suffer setbacks, especially in the face of the capitalist model, which imposes purely Cartesian rules, raising the indicators of inequalities, heightened by the daydreams contained in the political speeches.

Keywords: Democracy; Ideology; Speeches; Social protection; Shortcomings.

Recebido em: 24/03/2023

Aprovado em: 17/08/2023

* Doutor em Educação (UFRJ). Docente permanente e Subcoordenador do Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas (PGPP/UFPI). ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5901-5026>



© O(s) Autor(es). 2018 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição-NãoComercial 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar, distribuir e reproduzir em qualquer meio, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material, desde que para fins não comerciais e que você forneça o devido crédito aos autores e a fonte, insira um link para a Licença Creative Commons e indique se mudanças foram feitas.

Introdução

Este estudo tem como proposta ampliar a discussões sobre as relações estabelecidas – mesmo que sob uma condição compulsória e contingencial – entre o sistema democrático e as desigualdades sociais, apontando indicadores que concebem contornos da realidade brasileira, buscando discorrer sobre os efeitos da postura política orientada por decisões ideológicas, muitas vezes categoricamente enviesadas – sob um ponto de vista do interesse prevalente dos coletivos fragilizados – as quais naturalmente contribuem para a ampliação da fissura social que se constata na atualidade brasileira, desconstruindo o verdadeiro conceito de cidadania (Singer, 2021; Demant, 2021).

Decisões tomadas por agentes públicos instituídos de poder podem apresentar encaminhamentos de gênese democrática ou autocrática, conforme estudo conduzido por Silagadze *et al.* (2022) com 1.673 finlandeses, no qual ficou comprovado que “[...] diferentes tipos de percepções subjetivas de desigualdade social afetam comportamento político dos cidadãos”. Neste estudo, os autores (2022) atestam que o envolvimento das pessoas no processo político – denominado de associação, a partir de sua concepção crítica com o tratamento das desigualdades sociais – indica dois tipos de categoria: sociotrópica e egocêntrica. A vertente sociotrópica contempla eleitores com afinidade pela ideologia esquerda, enquanto os eleitores de direita são mais propensos à associação por preocupações egocêntricas.

Não resta dúvida de que a emergência da COVID-19, surgida em Wuhan, na China, ainda no final de 2019, cuja explosão de casos se constatou no início de 2020 (Shaaban; Moneim, 2020; Platto *et al.*, 2020; Who, 2020), repercute até os dias atuais sobre os desígnios do Poder Público no que remete à tomada de decisão com vistas a prover a população – e, com destaque, aos grupos em desvantagem – de bens e serviços públicos, além de implementar programas que possam suprir as necessidades iminentes destes coletivos. Em estudo desenvolvido por Saldanha *et al.* (2021), foram evidenciados os problemas envolvendo o aporte estatal para as pessoas com deficiência, restando comprovado o abandono, quase que integral, deste grupo reconhecidamente fragilizado. Para os autores,

No contexto de emergência em saúde pública, comunidades historicamente marginalizadas, como as pessoas com deficiência, correm o risco de se sentirem mais vulneráveis, bem como sofrerem privações e discriminação nos planos de triagem de atendimento, além de preconceitos e estigmas que

influenciam nas tomadas de decisão na assistência em saúde e intensificam desigualdades preexistentes, tornando esse grupo mais suscetível ao adoecimento e à desproteção social. Embora as pessoas com deficiência tenham sido reconhecidas como grupo de risco para COVID-19, houve um atraso, por parte dos governos, na construção de planos de enfrentamento à doença para essa população" (Saldanha et al., 2021, p. 1).

Neste período (2020-2021), a condução das medidas para a contenção da pandemia da COVID-19, de repercussões avassaladoras, estava sob a responsabilidade do Governo Federal, e o que se viu foram ações confusas, baixas taxas de testagem, discursos desalinhados, medidas extemporâneas e com baixa efetividade quanto à mitigação das consequências e quanto à prevenção (vacinas, por exemplo) relacionadas à emergência sanitária. Já fragilizados, este grupo, em especial, tornou-se alvo fácil das falácias ideológicas, do tipo *argumentum ad hominem*.

Do mesmo modo, grupos como os negros tiveram baixa aderência quanto às ações “organizadas” pelo Governo Federal, ainda no âmbito da COVID-19, amplificando a vulnerabilidades desta maioria que compõe a população brasileira (Santos *et al.*, 2020). Para estes autores, um legado que poderia ser consignado ao Governo Federal seria o reconhecimento das especificidades das populações em estágio de vulnerabilidade e o centralismo na saúde, por meio do SUS, mas isto foi renegado a plano secundário.

Outros estudos aprofundam as discussões acerca das medidas que foram (ou não) tomadas para, minimamente, passar uma sensação de altruísmo em relação aos grupos sociais, como as pessoas privadas de liberdade (Sánchez *et al.*, 2020), na dificuldade de matrícula dos estudantes (Souza; Ferreira, 2021), nas dificuldades com a estruturação para a realização do ensino remoto (Arruda, 2020), no campo da Assistência Social em geral (Boschetti; Behring, 2021), na área do trabalho (Raichelis; Arregui, 2021), dentre outros. Sob este forte descompasso entre a ação governamental e as políticas públicas substantivas com vistas a prover a sociedade de soluções concretas, a cidadania – elemento basilar na consolidação da democracia – resta atingida.

Diante desta realidade, propugna-se que o enfraquecimento da democracia, que naturalmente ocorre de maneira quase imperceptível, pode ter relação direta com os devaneios ideológicos, contidos em discursos, decisões, políticas públicas, acordos, alinhamentos e encaminhamentos pautados por sentimentos despossuídos de estadismo e com expressa ausência de sensibilidade política em situações de convulsão socioeconômica, cujos reflexos adversos são apontados por estudiosos do campo, notadamente no que se refere ao emprego e à renda (Mattei; Heinen, 2020; Paiva; Paiva, 2021).

A democracia acompanha, *pari passu*, as desigualdades sociais na medida em que os anseios dos grupos fragilizados são postos à margem das ações políticas que deveriam priorizar as demandas. A democracia nem sempre representa um sistema que acolhe os mais frágeis e os protege socialmente, garantindo pauta política e suporte aos que melhor se organizam (Pateman, 1992; Schumpeter, 2008; Dahl, 2012), com a disponibilização de produtos e de bens públicos capazes de mitigar os desequilíbrios de renda, promovendo uma distribuição de recursos e das riquezas de forma mais justa (Ross, 2006; Atkinson, 2015; Kalyvas, 2019).

Como se posiciona Dye (2014), fazer ou não fazer representa uma prerrogativa política, isto é, trata-se de uma decisão de política pública e, portanto, sob o Estado Democrático de Direito, parece natural que a negligência e a omissão prevaleçam sobre as necessidades mais prementes das pessoas que habitam neste território de ampla extensão. Sob o cenário de crises – econômicas, sanitárias, políticas etc. – ao poder central, especificamente, caberia atuar com maior efetividade em defesa dos interesses da massa populacional, na condição de agente provedor das demandas societárias. Todavia, diante de situações do gênero, sobressaem-se os destemperos verborrágicos e os discursos aliciados de pobreza vocabular, quando não eivados de pornografia, além de intenções de propósito duvidoso, no que diz respeito ao bem-estar das pessoas que deveriam ser acolhidas pelo gestor público.

A ideia de democracia pautada pela recorrente justificativa da liberdade do sujeito social no que remete ao sufrágio universal – votar e poder ser votado – implicando no direito político, está distante do que se constitui um conceito pleno de democracia. Para além desta convicção, pode-se aqui denominar de democracia inconclusa ou, como preferem Bittencourt e Pase (2015), “não amadurecida”, a qual se encontra atualmente ameaçada, tendo em vista que as condições para a participação efetiva dos arranjos sociais não estão sendo contempladas pelas ações do Poder Público.

Por outro lado, isto é resultado de uma construção histórica de elites governantes que – não eximindo a responsabilidade de quadros de esquerda quando estiveram no poder – operam mecanismos muito bem alinhavados visando à perpetuação do poder e, portanto, das decisões estratégicas de dado governo. Nesta linha, o Estado se submete ao governo que se encontra no palácio. Como pontua Castells (2018, p. 12), “[...] a democracia se constrói em torno das relações de poder social que a fundaram e vai se adaptando à evolução dessas relações [...]”, isto é, a ideia de democracia se consubstancia e evolui a partir de uma referência de poder social, o qual é orientado pelas relações que dele fazem parte os mais variados segmentos da sociedade.

Na medida em que setores da sociedade são excluídos do processo de formação deste poder, a fragilidade nestas relações – na realidade, um fortíssimo embate entre detentores do poder político e os governados – se mostra inelutável, razão pela qual as mobilizações sociais e as resistências articuladas são fundamentais para frear o avanço das frentes que defendem as ideologias autoritárias e retrógradas, as quais naturalmente tendem a colapsar as conquistas sociais alcançadas (Cavalcante, 2020; Mungioli, 2021).

Por outro lado, uma recorrente conduta antiética e autoritária pode se alinhar rapidamente com o autoritarismo e, neste aspecto, convém resgatar o que Arendt (2012) sinaliza, para quem esta é a forma mais extremada de autoritarismo. A concepção de Arendt (2012) se sustenta na tese de que os líderes autoritários se apoiam nas massas e, desta forma, restaria assegurada a legitimidade da representatividade dos governantes, fundamentando o estilo de conduzir as relações de poder. Mas, seria esta massa, real ou imaginária, a qual estaria submetida a uma suposta crença concebida como roteiro justo de ação? É um ponto a ser estudado. Neste instante, convém apresentar a ideia de Abbagnano (2012, p. 615), para quem “o que transforma uma crença em ideologia não é sua validade ou falta de validade, mas unicamente sua capacidade de controlar os comportamentos em determinada situação”, ou seja, a ideologia não prescinde da crença para conseguir se estabelecer como pressuposto fático do discurso anabolizante.

O presente ensaio tem como objetivo estender as discussões em torno dos sinais de vulnerabilidade social que se constata na sociedade brasileira e, para tanto, apoia-se em uma revisão bibliográfica – clássica e contemporânea – a qual consigna suporte teórico às análises que são aqui desenvolvidas. Trata-se de uma pesquisa descritiva, de natureza qualitativa. Em termos temporais, o estudo contém uma abordagem atual, apontando como limite espacial o Brasil e a situação atual pautada em decisões ideológicas sem o devido entendimento com a sociedade, especialmente a mais fragilizada, socialmente falando. O estudo está dividido, além da parte Introdutória, em outras seções, as quais debatem, no capítulo destinado aos Fundamentos Teóricos, sobre 2.1 Pobreza, Democracia e Capitalismo, 2.2 Marcos autoritários do poder político e 2.3 A prepotência política e a formação dos cinturões de pobreza: sinais históricos. Por fim, apresenta as Considerações Finais.

Fundamentos teóricos

Definir uma análise histórico-dialética do sujeito social requer, antes de qualquer capacidade conceitual, uma boa dose de zelo visando a demarcar coerentemente o território da investigação, buscando entendê-lo sem a influência de ideologias, isto porque, um simples

exame das relações entre capital e trabalho e, sob o signo do neoliberalismo, é possível estruturar as ideias que tenham como objetivo justificar a sujeição dos coletivos sociais ao poderio das elites conservadoras e dominantes (Teixeira; Pinho, 2018). O elemento conservador, estreitamente vinculado com as crenças postuladas como novas diretrizes político-institucionais, envereda para um território de constante conflito e enfrentamento. Como afirmam González, Baquero e Grohmann (2021, p. 14), o conservadorismo como um sistema de crenças “É considerada como uma doutrina que defende determinados fundamentos, como o patriotismo e a tradição, e desconfia de princípios abstratos de direitos humanos e democracia”.

O fato é que neste impasse sociológico, em que o modelo neoliberal impõe aos grupos desestruturados a compreensão compulsória da dinâmica cartesiana, levando às pessoas o estratagem da liberdade de expressão e de decisão com uma concessão para justificar os desequilíbrios existentes, a necessidade de resiliência destes grupos na ótica mercantilista é imperioso, a fim de que os fluxos de mercados transitem com a segurança que o capital precisa para se reinventar, porque é este o seu principal alimento de sobrevivência em um sistema pleno de fendas sociais. Sobre a resiliência, Wilke (2021) defende a seguinte concepção:

[...] a abordagem da resiliência flexibiliza o que é considerado vulnerável e embaralha as fronteiras entre zonas de segurança e zonas de insegurança – podendo ser um país, uma região, um grupo ou um perfil de indivíduos –, assim como entre o que ou quem é passível de responsabilização, entre táticas de defesa e de manutenção da ordem, entre políticas de segurança e políticas sociais (Wilke, 2021, p. 578).

Esta resiliência nada mais é do que a representação silenciosa da opacidade do sujeito social (Bobbio, 2011), perplexo que fica diante da postura desagregadora e opressora imposta pelo Estado à sociedade em geral, visto que este instituto é mediador do mercado – como um agente de intervenção – e, concomitantemente, provedor das insuficiências sociais. Como afirmam Bitencourt e Pase (2015), o Estado é o gerenciador dos interesses públicos. A resiliência se torna, assim, um requisito essencial para que o sujeito social se adeque ao modelo de mercado e da política descompromissada que se confere na atualidade brasileira, buscando “tocar” a sua vida dentro do seu minúsculo mundo e a partir das suas condições socioeconômicas, as quais o Estado e o mercado não têm responsabilização alguma por tal circunstância, visto que a condição de pobreza é, na perspectiva cartesiana, conforme conferem Diehl e Costa (2021), um problema de falta de capacidade do sujeito, evocando, para tal equacionamento, a cultura empreendedora.

A visão de que a proteção social com foco no combate à pobreza e às desigualdades sociais deve orientar as ações dos gestores públicos, torna-se mais urgente especialmente em

países periféricos ou em nível de desenvolvimento, como pontuam Ferrarini, Nelson e Palme (2016) e Sirén (2020), porém, os discursos ideológicos têm influenciado na condução desta perspectiva que, num mero exercício de bom-senso, deveria ser tomada como prioritária, fundamentalmente face às repercussões da COVID-19. Na Austrália, por exemplo, conforme comprovam os estudos de Clarke, Klas e Dyos (2021) desenvolvido com vários grupos, a ameaça provocada pela COVID-19 apresentou indícios de submissão (fator positivo) e convencionalismo e anti-igualitarismo (fator negativo), implicando na conclusão de que a ideologia de direita contribuiu para emplacar algumas restrições governamentais, tendo sido determinantes na movimentação das pessoas e também na ruptura de algumas normas sociais e econômicas.

Sob a concepção neoliberal, o isolamento do sujeito social representa um procedimento necessário tendo em vista a interferência direta que a ideologia pode impor na construção de um discurso pragmático capaz de abduzi-lo para o território dos incautos, frágeis, por natureza. A ideologia se torna, então, um meio eficaz de persuasão e controle sobre as massas dispersas e, sob este domínio, convém mencionar o que Navarro (2007) infere, para quem a ideologia neoliberal,

[...] postula que a redução das intervenções estatais nas atividades econômicas e sociais e a desregulamentação dos mercados de trabalho e financeiro, bem como do comércio e dos investimentos, liberaram o enorme potencial do capitalismo para criar uma era sem precedentes de bem-estar social no mundo (Navarro, 2007, p. 47).

Conforme assentam Di Giovanni e Nogueira (2018, p. 441), “As ideologias não são [...] neutras, mas estão impregnadas de ênfases e distorções que correspondem à estrutura das sociedades, e sobretudo, às relações de dominação entre as classes sociais”. A missiva ideológica é bem clara: enfraquecer quem pensa diferente do *establishment* – fulminando a pluralidade –, fortalecer a conduta deletéria e o livre-pensar dos grupos imaginários – ditos majoritários –, e definir regras, ações e diretrizes para cooptar os grupos indecisos.

Este conjunto de estratégia expede, com bastante eficácia, um comando capaz de desmobilizar as resistências e os arranjos sociais, implicando no recrudescimento da pobreza, num contexto democrático, adicionado do tempero nada apropriado das reticências ideológicas como fio condutor para as decisões sociopolíticas – às vezes, simples caprichos sociopatas– voltadas ao bem-estar dos contingentes enfraquecidos, abandonados e invisibilizados.

Pobreza, Democracia e Capitalismo

Naturalmente, em ambientes onde o capitalismo se faz presente é inevitável a constatação de exemplos recorrentes de desigualdade social, condição esta que contribui para a ampliação do fosso que se estabelece entre os ricos e os pobres. Em nações comprovadamente democráticas, a desconfiança nas instituições e nos partidos políticos se expressa com elevado grau (Castells, 2018) e, portanto, retira a legitimidade da representação política dos governantes. Neste aspecto, o bem comum perde relevância e os desequilíbrios socioeconômicos se agudizam, fulminando as possibilidades de redução das disparidades sociais.

Pesquisas que discutem a influência da pandemia sobre grupos minoritários (Couch; Fairlie; Xu, 2020) sugerem a utilização de instrumentos e de meios visando à reversão da situação desfavorável, considerando que o cenário pandêmico agudizou as vulnerabilidades destes arranjos sociais, especialmente o Brasil. Como assevera Luna (2013, p. 91), [...] a pobreza não pode ser definida objetivamente e tudo depende do ponto de vista com que é visto e muda conforme o tempo e o espaço. Isso, como diria Marx, é ficar na superfície e não ir à essência”, isto porque a aproximação conceitual de pobreza remete à carência de serviços e à falta de ocupação, que pudessem proporcionar renda ao indivíduo. Mas, como pontuado por Luna (2013), esta concepção é simplória e se coloca na superfície das discussões, porque a pobreza pode ser intensificada, sim, em ambientes democráticos, porém submetidos às posições políticas contraditórias e invertidas nos signos que encaminham as medidas cujo foco deveria ser o bem-estar coletivo.

Como pontua Castells (2018, p. 19), “[...] as elites triunfantes da globalização [...]” determinam a direção e o sentido das relações sociais da modernidade e este encaminhamento naturaliza os descompassos sociais, aprofundando as desigualdades sociais. A piora nas relações entre Estado, mercado – ambos alinhados e subordinados à incansável máquina capitalista – e sociedade, é acentuada pelo discurso de ódio que pauta o comportamento de governantes, mesmo sob o signo do regime democrático, o qual nada garante em termos de bens, serviços e suporte às classes menos favorecidas, mas define bem o *modus operandi* dos grupos hegemônicos organizados. Neste particular, convém apresentar a ideia que Bernardi e Morais (2021) desenvolvem no seu estudo crítico:

Há um perigo iminente para a democracia; afinal, embora seja possível a convivência entre um regime democrático e uma ideologia fascista, o regime fica deteriorado pelo autoritarismo de um líder que se coloca acima das demais instituições democráticas. Também há o perigo de aumento das desigualdades econômicas e sociais, visto que desumaniza segmentos da população, excluindo grupos, exercendo repressão da liberdade, dividindo a população

por meio de distinções étnicas, religiosas e raciais (Bernardi; Morais, 2021, p. 306).

Nesta linha de raciocínio, na qual a concepção neoliberal ordena as decisões societárias, as imbricações que permeiam as conexões entre pobreza e capital parecem reluzir um horizonte nada esperado. Sobre isto, González (2022) faz um longo arrazoado, destacando que as soluções em momentos de crise são particularmente insensatas se conduzidas pelas mãos de políticos desqualificados ou inabilitados ao posto. Para sanar esta lacuna, que distancia ricos e pobres, González (2022) orienta que novas formas políticas de enfrentamento à ordem vigente devem ser estruturadas. O autor denomina esta postura visando à organização da vida comum de “democracia plebeia” (González, 2022, p. 2). Como afirmam Batalha e Gomes (2019, p. 1-2),

[...] os estudos sobre a pobreza apontam geralmente que os problemas estão em uma relação administrativa: pois se não é a falta de assistência que perpetua a pobreza, então seria a indolência dos pobres; outrossim, se os problemas não estão nos escassos recursos, logo seria pela falta de vontade política.

Estudos desenvolvidos por Hiariej (2017) na Indonésia, indicam que, mesmo sob uma aura democrática ascendente, há indicadores de desequilíbrios no país asiático, especialmente em relação às minorias, que tentam defender os seus interesses, porém, sem força popular consistente que permita enfrentar as oligarquias que se instalaram há anos no poder local. O problema é que, na Indonésia, a democracia é mais favorável às elites, o que ressalta o caráter discriminatório que existe por trás deste regime, supostamente igualitário, quando se discute os direitos sociais, comprometendo diretamente a cidadania. Nestes termos, a pobreza tende a se manter intacta, embora Sirén (2020) afirme que a proteção social orquestrada pelo Estado por meio da ampliação dos gastos sociais naturalmente expande a cidadania.

Aprofundando a análise sobre as implicações da democracia na condição vulnerável das pessoas, é importante conhecer os estudos de Gao e Zang (2021), os quais, utilizando um painel transnacional, realizaram uma pesquisa desenvolvida com dados de mais de 100 países, cujo levantamento compreendeu o período de 1995 a 2015, mostrou que a democracia reduz a pobreza, embora o tamanho deste efeito tenha variado conforme a linha de pobreza escolhida, ou seja, no estudo há indicadores que podem confirmar que a democracia contribui para a solução do problema envolvendo a pobreza. Todavia, não é possível assegurar uma linearidade, face aos níveis heterogêneos das referências.

Sob a trilha da globalização – a qual, para Rudra e Tobin (2017), não tem contribuído para a redução da pobreza em diversas nações – que interfere sensivelmente para a adoção de práticas ideologizadas, a aceleração da vida cotidiana fortalece as condutas abruptas e

desmesuradas, tanto que, como alerta Rosa (2019), o espaço na modernidade se tornou contingente e irrelevante, muito face às mudanças sociais, políticas, culturais e econômicas que têm demarcado um elevado processo de aceleração nas relações entre estas dimensões, entre o Estado e a sociedade, entre o capital e o trabalho, entre os representantes e os representados, entre os livres e os encarcerados. Neste caminhar, as tecnologias digitais têm papel importante na massificação das análises, falas e relatos, muitos dos quais se constituindo em mero jogo de cena e de inverdades (*fake news, fake videos, fake ideas*).

É tão séria a discussão acerca do binômio espaço-social na atualidade, que convém reproduzir o que diz Anthony Giddens em sua obra *Konsequenzen der Moderne* (1995), resgatado por Rosa (2019, p. 436) na sua obra *Aceleração*: “[...] *intimidade e estranheza* não correspondem mais a proximidade e distância, pois o distante pode ser bem íntimo, enquanto o próximo, devido a rápida transformação, ao contrário, completamente ‘estranho’” (itálicos no original). Ou seja, o capitalismo não precisa de espaços físicos para definir as suas regras, mas de intimidades e complacências que deem condições favoráveis para reproduzir os seus desígnios e, nestes passos, a impotência dos grupos desprestigiados se amplifica, muito em função dos postulados autoritários do poder político, cujos aportes conceituais serão discutidos na próxima seção.

Marcos autoritários do poder político

A realidade social de uma nação pode ser explicada pela forma como as relações de poder foram se moldando durante a trajetória histórica. No Brasil, as imbricações étnico-raciais que pautaram a sua gênese e justificaram o processo de formação dos estratos sociais dão sinais de que a evolução dialética definida como razoavelmente necessária para a construção de bases harmônicas – a partir de uma visão que permita conciliar diferenças e identidades específicas – não obteve consideração neste percurso. O ideal democrático, no qual as decisões políticas são conduzidas pela pluralidade dos segmentos sociais, demonstra a sua fraqueza e desencanta as massas, exatamente pelo isolamento territorial-ideológico que os governantes determinam a seu livre arbítrio e conveniência.

Miguel (2014), discorrendo sobre o distanciamento das pessoas no que remete à participação política, enfatiza os impasses concretizados entre a democracia e a tomada de decisão, os quais, com um olhar voltado para a noção de modernidade, impedem a expressividade dos coletivos sociais, fortalecendo o conflito e o enfrentamento como única forma viável de resgate da democracia clássica. No que diz respeito à modernidade, Abbagnano (2012, p. 791) define assim o termo: “Costuma ser associado a alguns termos-chave como

razão, ciência, técnica, progresso, emancipação, sujeito, historicismo, metafísica, niilismo, secularização”. Neste raciocínio, vê-se que a prática moderna de democracia no Brasil parece andar na contramão dos preceitos históricos ou mesmo a partir de uma teoria crítica que se apoia na ideia de democracia tomada a partir da inatividade e na apatia do cidadão comum (Pateman, 1992).

A motivação para este distanciamento entre o cidadão e o Poder Público pode ser justificada pelo reconhecimento de não pertencimento do sujeito social no território do jogo político – o qual não deve ser adstrito apenas ao sufrágio universal – cuja situação desencadeia um cenário de desinteresse e de afastamento do homem comum, ao perceber a frágil representatividade promovida entre os atores políticos e a sociedade, em geral, como repositório finalístico das ações visando ao bem-estar coletivo, isto é, com foco no interesse público. A mera sinalização de que não participa da tomada de decisão em relação a temas do seu interesse (Bitencourt; Pase, 2015), remete o sujeito ao estado de isolamento, afastando-o da dinâmica política que, ao cabo, influencia diretamente a sua vida regular.

Uma posição emblemática que Lavallo e Zaremborg (2014) apontam é que a não-participação do homem comum nos debates políticos em busca das soluções aos problemas socioeconômicos desloca o enredo para o campo do clientelismo e do assistencialismo e é, precisamente neste território – no qual a submissão à ideologia, a imposição de práticas não-republicanas e as decisões emanadas pelos detentores do poder sem uma prévia deliberação coletiva se mostram presentes – que tais configurações costumam prosperar. Neste sentido, Silagadze *et al.* (2022) afirmam que:

Os cidadãos acreditam cada vez mais que os direitos sociais e os esforços para combater as desigualdades sociais constituem um elemento central da cidadania democrática. Para que os tomadores de decisão possam decretar as políticas sociais apropriadas para lidar com as preocupações sobre a desigualdade social, os cidadãos precisam canalizar suas preocupações para o processo de tomada de decisão política formal. O mecanismo mais comum para estabelecer uma ligação entre cidadãos e tomadores de decisão é a participação política, em várias formas. Portanto, é importante avaliar como as preocupações com a desigualdade social estão associadas às diferentes formas de participação política (Silagadze *et al.*, 2022, p. 1-2).

É necessário, portanto, desenvolver uma análise serena, adensada e despretensiosa quando há reportes ao arroubo e à falta de limites razoáveis em relação ao discurso ideológico o qual, via de regra, fomenta o ódio, a conduta desmedida quanto às fronteiras do tolerável e estimula as transgressões legais. Neste aspecto, vale mencionar o que pensa Arendt (2012, p. 619), para quem “abolir as cercas da lei entre os homens – como o faz a tirania – significa tirar

dos homens os seus direitos e destruir a liberdade como realidade política viva; pois o espaço entre os homens, delimitado pelas leis, é o espaço vital da liberdade”.

Quanto ao termo ideologia, pelo seu caráter polissêmico, convém apresentar a ideia trazida por Di Giovanni e Nogueira (2018, p. 440) para quem designa tanto “[...] a explicitação de um conjunto de ideias, valores e concepções do mundo de uma pessoa, de um grupo ou de um movimento político, quanto a manifestação de uma forma mais ou menos dissimulada de falsificação dos fatos”.

O que é uma ideologia senão uma tentativa de impedir ou dificultar a evolução social de certos coletivos – por vezes desarticulados e desorganizados – por grupos que têm o propósito de distorcer ou alterar a realidade social, a qual é a principal motivação para a demarcação, por parte dos grupos fragilizados, de mobilizações e resistências visando à reversão desta condição. Uma ideologia se reveste, em última análise, em instrumento de abdução de indivíduos leigos, desinteressados e que, por vezes, não detêm discernimento sobre o contexto sociopolítico, ou simplesmente optam por acompanhá-la por mera ignorância.

Dardot e Laval (2016) alertam para esta particularidade, visto que, para os professores da Universidade de Paris, trata-se de um exemplo de biopolítica, na qual o grupo dominador orienta as condutas dos coletivos sociais, estabelecendo controle, demarcação e rigidez de ideias, permeadas por conceitos, discursos e decisões com vistas a manter inalterada a posição político-territorial estabelecida. Uma ideologia é, no sentido deslustrado do termo, um mecanismo tecnicamente viável de indução de massas, porém desprezível no que remete à valorização das ideias e das convicções deste mesmo grupo social, daí o seu caráter indecoroso e deletério.

É neste espectro de dismantelamento da democracia, com ataques diretos ao pluralismo enquanto forma de pensamento, que ocorre a desconstrução dos direitos sociais (Finchelstein, 2020), alargando, portanto, o fosso social que existe sob o estatuto neoliberal. Promovendo uma análise sobre a nova conjuntura política brasileira na atualidade, Bernardi e Morais (2021) levantam uma questão interessante, buscando justificar a postura inconsequente de autoridades quando supostamente apoiadas por uma maioria imaginária, posição esta que demarca desfavoravelmente as decisões que aparentemente seriam voltadas para os grupos em desvantagem (minorias). Para os autores,

[...] se a existência de um comportamento autoritário e conversador da população brasileira não são os responsáveis pela manutenção do fascismo ao longo dos anos, o qual vem à tona em momentos de crise democráticas e instabilidades, principalmente econômicas, que ampliam o ceticismo na política (Bernardi; Morais, 2021, p. 305).

Em um estudo conduzido com vários grupos, Waldfogel *et al.* (2021), concluíram que as pessoas com predileções pela ideologia de esquerda tendem a valorizar a igualdade com predisposição coletiva; por outro lado, os participantes com tendências ideológicas de direita expressaram tolerância com as disparidades, inclusive explorando a ideia de que a esquerda vê desigualdades sociais onde elas não existem. Tal constatação provoca um fluxo contínuo de orientações ideológicas a partir da percepção do sujeito social e, no sentido inverso, o homem comum absorve as orientações das ideologias como forma de se perceber pertencente a um coletivo no qual parece haver afinidade retórica.

Constata-se que, quanto à relação entre ciência e ideologia, nada de comum existe, pois, como afirma Abbagnano (2012, p. 615), pertencem a campos distintos, visto que “[...] a primeira ao campo da observação e do raciocínio; a segunda ao campo do sentimento e da fé”. Isto se explica porque a ideologia tem afinidade com a persuasão, sob o domínio subjetivo, enquanto a ciência se relaciona aos aspectos objetivos, a partir dos fundamentos da experiência e da lógica. Não à toa, no transcurso do processo vacinal no Brasil, visando à imunização contra a COVID-19, a ciência foi solapada pela ideologia, em muitas situações. O fato é que os dados iniciais da COVID-19 (Mellan *et al.*, 2020) foram assustadores e os indicadores do aumento dos óbitos implicavam em uma ação imediata por parte do Governo Federal, o qual se mostrou omissivo, desinteressado e lento, produzindo ainda mais desigualdades, desmantelando a proteção social que se esperava do Poder Público.

A prepotência política e a formação dos cinturões de pobreza: sinais históricos

Na democracia, situações deletérias como a manutenção do poder a partir de uma visão não de Estado, mas de Governo, invariavelmente remetem ao domínio de grupos privilegiados que naturalmente tendem a manter, a todo custo, o *status quo*. A ausência de renovação nos mandatos eletivos de grupos de interesse costuma indicar que o estatuto social, na prática, não será modificado, isto é, a ausência de rotatividade de governantes, especialmente na condução das políticas públicas voltadas aos coletivos fragilizados, geralmente não se modifica com a manutenção do poder, isto porque os fundamentos político-partidários são mantidos na trajetória do grupo político postulante ao poder supostamente a ser renovado. São as políticas públicas o meio adequado para assegurar os direitos sociais (Carvalho, 2019) e se o sistema não funciona com foco no social é porque a tomada de decisão foi pautada em deliberações discricionárias, às vezes não republicanas.

O ponto que se pretende levantar com mais ênfase aqui, na medida em que há uma relação estreita entre arrogância política e prejuízos sociais, é que a postura ideológica

contradiz, com suas ações rotuladas de democráticas e desprovidas de fundamentos sociológicos, o pacto social que deveria permear as decisões de um Estado de que se arvora defensor do bem-estar do povo. Por este motivo, segundo Silva Júnior (2021, p. 260), as práticas ideológicas operadas em um sistema neoliberal – como o brasileiro – contribui para promover a “liberdade associal do sujeito”, cenário este em que o pacto social é organizado meramente em bases contratuais, em detrimento dos acordos subjetivos.

Interessante relato traz Snyder (2019, p. 195), a partir da história contada pelo jornalista russo e funcionário de Vladimir Pútín, Vladislav Surkov, na obra *Okolonolia* [Quase Zero]: “[...] a única verdade era a nossa necessidade de mentiras, e a única liberdade, nossa aceitação deste veredicto”, arrematando em seguida sob os domínios da Rússia moderna, que “O conhecimento só traz conhecimento, mas a incerteza traz esperança” (Snyder, 2019, p. 195), e é sobre esta premissa, alimentada como se pelo modelo *fast food* fosse, que os discursos ideológicos se apoiam, pois quanto mais se vive de desgraça, mais se morre de esperança. Esta assimetria presente no jogo neoliberal, convém assentar, não é um embate enfrentado apenas por grupos de direita. Também a esquerda pena para desenvolver alternativas na busca da redução das desigualdades, como bem pontua Dupret (2020) e, neste compasso, a proteção social é relativizada (Chioro *et al.*, 2020), ampliando os desequilíbrios sociais e materiais entre as classes sociais.

É relevante resgatar a ideia produzida por Yabanci (2016, p. 591), para quem a corrente populista, mesmo em nações democráticas, costuma manter “[...] as novas demandas sociais sob controle a partir de um disfarce democrático, enquanto negam o pluralismo à sociedade civil e consolidam a governança não democrática”. Sem dúvida, são obstáculos à promoção das modernas práticas democráticas, além de comprometer o constructo da cidadania (Demant, 2021), tema muito caro especificamente em nações cuja economia se mostra enfraquecida pela impotência dos políticos de plantão. Sob esta agenda de disfarces e insensatezes, é necessário resgatar o que pontua Burgaya (2020), para quem

o pleno exercício dos direitos políticos sempre exigiu a existência de uma cidadania livre e com acesso adequado à informação, além do desenvolvimento de espaços de sociabilidade e áreas de deliberação, discussão e construção de consenso [esfera pública]. A democracia, mais que eleições, é cidadania informada e debate reflexivo. As urnas são um âmbito da culminação da relação política, mas não sua origem e nem o único aspecto constitutivo da democracia. (Burgaya, 2020, p. 58).

O panorama mundial que imprimiu a emergência de novas linhagens políticas, possuídas por orientações segregadoras, deu-se a partir da eleição de Donald Trump. A situação americana, que supostamente denotava o esfacelamento da supremacia neoliberal, mostrou-se

falível em sua dimensão pragmática. A trajetória ideológica explorada na época e os domínios programáticos apontados, como alerta Fraser (2016), sugeriam o descontentamento dos grupos articulados em relação à globalização e às políticas de austeridade implantadas pelo presidente Barack Obama. O aumento da pobreza nos Estados Unidos e as complicações do Sistema Público de Saúde levaram as pessoas a repensar o modelo capitalista vivido.

Os elos tecidos pelo sistema capitalista e os discursos assimétricos, do ponto de vista do estímulo à igualdade social, condicionam as decisões e robustecem o cinturão de pobreza que se confere na realidade brasileira. Torres e Reynares (2021, p. 364) apontam estas imbricações, propugnando que “Analizando un spot publicitario de la campaña electoral del mandatario brasileño, postularemos que sus avances son sintomáticos de una nueva forma política, autoritaria y narcisista, que se vuelve inteligible a la luz del matema del Discurso Capitalista postulado por Jacques Lacan hacia el final de su enseñanza”, reforçando o caráter intercambiável entre capitalismo, populismo e empobrecimento.

A questão é que, para o público em geral, a ideia de democracia pressupõe igualdade social e econômica, de forma que seja possível viabilizar os projetos pessoais, mesmo que a perda de confiança nos políticos, nos bancos, no que cogita a televisão, nas mensagens enviadas pelas religiões, nas grandes corporações, esteja presente neste sentimento coletivo (Przeworski, 2020). Certamente, na voz de Przeworski (2020, p. 189), recomenda-se acomodar os descontentamentos efêmeros e desnecessários entre perdedores e ganhadores, porque “A violência é evitada pelo simples fato de que as forças políticas contam com um revezamento”. Como afirma Wood (2003, p. 232), “[...] o termo democracia se transformou no *slogan* de várias lutas progressistas [...]” e, neste caso, a sua descaracterização enquanto postulado universal para a garantia dos direitos sociais, políticos e cívicos, restou reforçado.

O ponto de inflexão que justifica a rota que tomam a postura autoritária, o sistema capitalista e as desigualdades reside nas contradições que permeiam estas relações, visto que há forças que impulsionam o legado autoritário, emparedando os direitos sociais e, por lógica natural do sistema, agudizando o fosso social (Silva, 2016; Silva, 2021; Araújo; Carvalho, 2021), quando o sistema de proteção social deveria ser assegurado pelo Estado – não pelo Governo – em qualquer tempo, buscando combater a pobreza (Mattei, 2019), um passo importante para reduzir as desigualdades sociais.

O Brasil, como *locus* de análise deste estudo, apresenta-se como uma nação que ainda não estabeleceu as prioridades necessárias para o provimento dos arranjos sociais mais fragilizados. Para ampliar o fosso social, a emergência da COVID-19 e a postura autoritária e descansada dos agentes do Poder Público central, tornaram o cenário ainda pior, consagrando

a desproteção social como uma situação decorrente de um problema global, não local, transferindo à sociedade a responsabilidade pela inércia político-institucional, a qual, se efetiva tivesse sido, teria reduzido substancialmente o número de óbitos. Numa democracia, o Presidente da República deve governar para todos e, ao optar por segregar ainda mais os estratos sociais, descortinou o nítido despreço pela cidadania.

Considerações Finais

Diante do enredo estabelecido neste estudo, é possível presumir que o postulado ideológico conduzido por autoridades de plantão, revestidas de legitimidade por meio da chancela do voto popular, invariavelmente agudiza as condições de pobreza e desloca as ações que cunho social para o ambiente cartesiano-mercadológico, isto porque há uma comprovada heterogeneidade na distribuição dos recursos nacionais, adicionada por políticas públicas que são selecionadas sob a orientação de estatutos mercadológicos.

Por outro lado, quando o poder é demasiadamente concentrado, cujas decisões em termos de políticas públicas destinadas às camadas mais fragilizadas são relativizadas, operando, tais tomadas de decisão, em benefício de grupos com elevada proximidade e intimidade com o sistema, as desigualdades sociais sistematicamente se acentuam, piorando o quadro social brasileiro, já extremamente destituído de proteção social.

Há, sem dúvidas, uma assimetria entre o discurso e a prática e esta dicotomia culmina com enredos conflitantes, cujo propósito é confundir mais do que esclarecer. Neste caso, configuram-se os sinais da vulnerabilidade social, reflexos diretos de ambientes politicamente ideologizados. Neste enfoque, os discursos desconectados com a realidade do país, apesar de um ambiente que se apresenta com elevada necessidade de proteção social, tendem a deslocar a ação política para um nível de persuasão, cooptação e abdução das ideias, das convicções e dos conceitos, cujos elementos são alinhavados de tal maneira que o juízo, o julgamento, o pensamento, a criatividade e a imaginação do sujeito social – homem comum – ficam subordinados a uma premissa fictícia do dever-fazer.

Sem embargos, flui a fala reluzente do ator político, computando pontos em palcos digitais com duplicação incompreensível de *likes*, desvelando a tese do apoio incondicional e, portanto, como argumento de legitimação das expropriações de direitos.

De fato, nas democracias a decisão pela indecência ou pelo decoro é uma questão que dependerá das forças que sustentam o grupo político. Todavia, quando a ideologia pauta as diretrizes das políticas públicas no que remete aos interesses dos grupos enfraquecidos, parece germinar um caso explícito de contrassenso institucional, requerendo, assim, a asfixia jurídica

para conter o descomedimento gerencial, cuja subjetividade – esta reafirmada como condição necessária para um encaminhamento eficaz na solução dos problemas sociais – não é considerada na tomada de decisão quanto às políticas públicas de combate às desigualdades sociais.

Referências bibliográficas

- ABBAGNANO, Nicola. Dicionário de filosofia. 6. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2012.
- ARAÚJO, Maria Socorro Sousa; CARVALHO, Alba Maria Pinho. Autoritarismo no Brasil do presente: bolsonarismo nos circuitos do ultraliberalismo, militarismo e reacionarismo. *Revista Katálysis*, v. 24, n. 1, p. 146-156, jan./abr., 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75280>
- ARENDT, Hannah. Origens do totalitarismo: antissemitismo, imperialismo, totalitarismo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- ARRUDA, Eucídio Pimenta. Educação Remota Emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. *Em Rede - Revista de Educação a Distância*, Porto Alegre, v. 7, n. 1, p. 257-275, maio, 2020. DOI: <https://doi.org/10.53628/emrede.v7i1.621>
- ATKINSON, Anthony B. Desigualdade: o que pode ser feito? São Paulo: LeYa, 2015.
- BATALHA, Arthur Montilho Araujo; GOMES, Thais Nascimento. Pobreza no capitalismo: duas leituras em debate. In.: 7º Encontro Internacional de Política Social, 7, 2019. Anais... Vitória (ES): EIPS, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufes.br/einps/article/view/25308>>. Acesso em: 03 mar. 2022.
- BERNARDI, Ana Julia Bonzanini; MORAIS, Jennifer Azambuja. Fascismo à brasileira? Análise de conteúdo dos discursos de Bolsonaro após o segundo turno das eleições presidenciais de 2018. *Política & Sociedade*, Florianópolis, v. 20, n. 48, p. 300-327, maio/ago., 2021. DOI: <https://doi.org/10.5007/2175-7984.2021.72401>
- BITTENCOURT, Caroline Müller; PASE, Eduarda Simonetti. A necessária relação entre democracia e controle social: discutindo os possíveis reflexos de uma democracia "não amadurecida" na efetivação do controle social da Administração Pública Federal. *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba, v. 2, n. 1, p. 293-311, jan./abr., 2015.
- BOBBIO, Norberto. Direita e esquerda: razões e significados de uma distinção política. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.
- BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. Assistência Social na pandemia da covid-19: proteção para quem? *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 140, p. 66-83, jan./abr., 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.238>.
- BURGAYA, Josep. O enfraquecimento da noção de cidadania. Rumo a uma democracia iliberal. In.: PEREIRA, P. A. P. Ascensão da nova direita e colapso da soberania política: transfigurações da política social. São Paulo: Cortez/Politiza, 2020.
- CARVALHO, Osvaldo F. As políticas públicas como concretização dos direitos sociais. *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba, v. 6, n. 3, p. 773-794, set./dez. 2019. DOI: [10.5380/rinc.v6i3.59730](https://doi.org/10.5380/rinc.v6i3.59730).
- CASTELLS, Manuel. Ruptura: a crise da democracia liberal. Rio de Janeiro, Zahar, 2018.
- CAVALCANTE, Sávio. Classe média e ameaça neofascista no Brasil de Bolsonaro. *Revista Crítica Marxista*, n. 50, p. 121-130, 2020.
- CHIORO, Arthur; CALIFE, Karina; BARROS, Cláudia R. S.; MARTINS, Lourdes C.; CALVO, Marcos; STANISLAU, Evaldo; PEREIRA, Luiz A.; CASEIRO, Marcos. Covid-19 em uma Região Metropolitana: vulnerabilidade social e políticas públicas em contextos

- de desigualdades. *Revista Saúde Debate*, Rio de Janeiro, v. 44, n. Especial 4, p. 219-231, dez., 2020. DOI: 10.1590/0103-11042020E414
- CLARKE, Edward J. R.; KLAS, Anna; DYOS, Emily. The role of ideological attitudes in responses to COVID-19 threat and government restrictions in Australia. *Personality and Individual Differences*, v. 175, n. 110734, p. 1-6, jun., 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.paid.2021.110734>.
- DAHL, Robert A. *A democracia e seus críticos*. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.
- DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- DEMANT, Peter. Direitos para os excluídos. In.: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. *História da Cidadania*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- DI GIOVANNI, Geraldo; NOGUEIRA, Marco Aurélio. *Dicionário de políticas públicas*. 3. ed. São Paulo, Brasil: Editora UNESP, 2018.
- DIEHL, Rodrigo Cristiano; COSTA, Marli Marlene Moraes. Desigualdades sociales, derechos y protección social en América Latina: construcciones, luchas y resistencias. *Revista Thesis Juris – RTJ*, São Paulo, v. 10, n. 1, p. 67-83, jan./jun., 2021. DOI: <http://doi.org/10.5585/rtj.v10i1.17847>.
- DUPRET, Marie-Astrid. La Izquierda en la tormenta posmoderna: Los escollos para pensar una política de más justicia social en la era postfáctica. *Universitas, Revista de Ciencias Sociales y Humanas de la Universidad Politécnica Salesiana del Ecuador*, n. 31, p. 79-95, fev., 2020. DOI: <https://doi.org/10.17163/uni.n31.2019.04>.
- DYE, Thomas R. Mapeamento dos modelos de análise de políticas públicas. In.: HEIDEMANN, Francisco. G.; SALM, José Francisco. *Políticas públicas e desenvolvimento: bases epistemológicas e modelos de análise*. 3. ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2014.
- FERRARINI, Tommy; NELSON, Kenneth; PALME, Joakim. Social transfers and poverty in Middle – and high-income countries – A global perspective. *Global Social Policy*, v. 16, n. 1, p. 22–46 2016. DOI: <https://doi.org/10.1177/1468018115591712>.
- FINCHELSTEIN, Federico. Para una historia global del populismo: rupturas y continuidades. *Conhecer: Debate entre o Público e o Privado*, v. 10, n. 24, p. 12-23, 2020. DOI: <https://doi.org/10.32335/2238-0426.2020.10.24.2759>.
- FRASER, Nancy. Progressive Neoliberalism versus Reactionary Populism: A Choice that Feminists Should Refuse. *NORA – Nordic Journal of Feminist and Gender Research*, v. 24, n. 4, p. 281-284, 2016. DOI: <https://doi.org/10.1080/08038740.2016.1278263>.
- GAO, Yanyan; ZANG, Leizhen. Is democracy pro-poor? An empirical test of the Sen Hypothesis based on global evidence. *Governance*, v. n/a, n. n/a, p. 1–22, jul., 2021. DOI: 10.1111/gove.12627.
- GONZÁLEZ, Simón Ramírez. Democracia y condición plebeya en el horizonte de crisis de la oligarquía neoliberal. *Política y Sociedad*, Madrid, v. 59, n. 1, p. 1-10, e74384, 2022. DOI: <https://dx.doi.org/10.5209/poso.74384>.
- GONZÁLEZ, Rodrigo Stumpf; BAQUERO, Marcello; GROHMANN, Luis Gustavo Mello. Nova direita ou vinho velho em odres novos? A trajetória conservadora no Brasil do último século. *Revista Debates*, Porto Alegre, v. 15, n. 2, p. 9-44, maio/ago., 2021.
- HIARIEJ, Eric. Stagnated democracy: the rise of formal democracy in the wake of oligarchy rules and weak pro-democracy movements. In.: HIARIEJ, Eric; STOKKE, Kristian. *Politics of Citizenship in Indonesia*. Jakarta: Yayasan Pustaka Obor Indonesia; PolGov Fisipol UGM; University of Oslo, 2017.
- KALYVAS, Andreas. Democracy and the poor: Prolegomena to a radical theory of Democracy. *Constellations*, v. 26, p. 538–553, dez., 2019. DOI: 10.1111/1467-8675.12451

- LAVALLE, Adrian Gurza; ZAREMBERG, Gisela. Para além da representação e do clientelismo: para uma linguagem da intermediação política. *Pensamiento Propio*, v. 19, p. 23-62, 2014. Disponível em: <<http://www.cries.org/wp-content/uploads/2015/03/007-Lavalle.pdf>>. Acesso em: 04 nov. 2022.
- LUNA, Víctor Manuel Isidro. Pobreza en el capitalismo ¿Por qué persiste en la actualidad? *Ecos de Economía*, v. 17, n. 37, p. 83-107, jul./dez., 2013.
- MATTEI, Lauro Francisco. Sistema de proteção social brasileiro enquanto instrumento de combate à pobreza. *Revista Katálysis.*, Florianópolis, v. 22, n. 1, p. 57-65, jan./abr. 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/1982-02592019v22n1p57>.
- MATTEI, Lauro Francisco; HEINEN, Vicente Loeblein. Impactos da crise da COVID-19 no mercado de trabalho brasileiro. *Brazilian Journal of Political Economy*, v. 40, n. 4, p. 647-668, out./dez., 2020. DOI: <https://doi.org/10.1590/0101-31572020-3200>.
- MELLAN, Thomas A.; HOELTGEBAUM, Henrique H.; MISHRA, Swapnil. et al. Report 21: Estimating COVID-19 cases and reproduction number in Brazil. Imperial College London, 2020. DOI: <https://doi.org/10.25561/78872>. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10044/1/78872>.
- MIGUEL, Luis Felipe. Democracia e representação: territórios em disputa. São Paulo: Editora UNESP, 2014.
- MUNGIOLI, Rafael P. Capital, ideologia e uma história do mundo sob o prisma da desigualdade. *Economia e Sociedade*, Campinas, v. 30, n. 2, p. 583-587, maio/jul., 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-3533.2021v30n2art12>.
- NAVARRO, Vicente. Neoliberalism as a class ideology; or, the political causes of the Growth of inequalities. *International Journal of Health Services*, v. 37, n. 1, p. 47-62, 2007. DOI: <https://doi.org/10.2190/AP65-X154-4513-R520>.
- PAIVA, Claudio Cesar; PAIVA, Suzana Cristina Fernandes. No Brasil, impacto econômico da pandemia será forte e duradouro. *Jornal da UNESP*, jul., 2021. Disponível em: <https://jornal.unesp.br/2021/07/02/no-brasil-impacto-economico-da-pandemia-sera-forte-e-duradouro/>. Acesso em: 06 mar. 2022.
- PATEMAN, Carole. Participação e teoria crítica. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.
- PLATTO, Sara; WANG, Yanqing; ZHOU, Jinfeng; CARAFOLI, Ernesto. History of the COVID-19 pandemic: Origin, explosion, worldwide spreading. *Biochemical and Biophysical Research Communications*, n. 538, p. 14-23, 2020. DOI: 10.1016/j.bbrc.2020.10.087.
- PRZEWORSKI, Adam. Crises da democracia. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.
- RAICHELIS, Raquel; ARREGUI, Carola C. O trabalho no fio da navalha: nova morfologia no Serviço Social em tempos de devastação e pandemia. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, n. 140, p. 134-152, jan./abr., 2021. DOI: <http://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.242>.
- ROSA, Hartmut. Aceleração: a transformação das estruturas temporais da Modernidade. São Paulo: Editora UNESP, 2019.
- ROSS, Michael. Is democracy good for the poor? *American Journal of Political Science*, v. 50, n. 4, p. 860-874, out., 2006. DOI: <https://doi.org/10.1111/j.1540-5907.2006.00220.x>.
- RUDRA, Nita; TOBIN, Jennifer. When does globalization help the poor? *Annual Review of Political Science*, v. 20, n. 1, p. 287-307, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1146/annurev-polisci-051215-022754>.
- SALDANHA, Jorge Henrique Santos; PEREIRA, Ana Paula Medeiros; SANTOS, Amanda Oliveira Costa; MIRANDA, Beatriz Santos; CARVALHO, Kayla Santos; NASCIMENTO, Lília Campos; AMARAL, Mariana Santos; MACEDO, Mariana Silva; CATRINI, Melissa; ALMEIDA, Milena Maria Cordeiro. Pessoas com deficiência na pandemia da COVID-19: garantia de direitos fundamentais e equidade no cuidado. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 37, n. 9, :e00291720, p. 1-21, set., 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0102-311X00291720>.

- SÁNCHEZ, Alexandra; SIMAS, Luciana; DIUANA, Vilma; LAROUZE, Bernard. Covid-19 nas prisões: um desafio impossível para a saúde pública? *Cadernos de Saúde Pública*, v. 36, n. 5, e00083520, p. 1-5, maio, 2020. DOI: 10.1590/0102-311X00083520
- SANTOS, Márcia Pereira Alves; NERY, Joilda Silva; GOES, Emanuelle Freitas; SILVA, Alexandre; SANTOS, Andreia Beatriz Silva; BATISTA, Luís Eduardo; ARAÚJO, Edna Maria. População negra e Covid-19: reflexões sobre racismo e saúde, *Estudos Avançados*, v. 34, n. 9, p. 225-243, maio/ago., 2020. DOI: 10.1590/s0103-4014.2020.3499.014
- SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalism, Socialism and Democracy*. New York, USA: Harper Perennial, 2008.
- SHAABAN, Safaa; MONEIM, Yasmine Abdel. The Impact of COVID-19 on the Strategic Belt and Road Initiative in the Light of Cultural Convergences and Divergences between Egypt and China: A Systematic Review. *Open Journal of Social Sciences*, v. 8, n. 9, p. 84-105, set., 2020. DOI: 10.4236/jss.2020.89006.
- SILAGADZE, Nanuli; CHRISTENSEN, Henrik S.; SIRÉN, Rasmus; GRÖNLUND, Kimmo. Perceptions of Inequality and Political Participation: The Moderating Role of Ideology. *Political Studies Review*, E-pub ahead of print, p. 1-21, mar., 2022. DOI: <https://doi.org/10.1177/14789299221082037>.
- SILVA, Ilse Gomes. Democracia, autoritarismo e imperialismo: a centralidade da agenda conservadora na política brasileira. *Revista de Políticas Públicas*, São Luís, Número Especial, p. 237-244, nov., 2016. DOI: <http://dx.doi.org/10.18764/2178-2865.v20nEp237-244>.
- SILVA, Sabrina Aparecida. Autoritarismo e crise da democracia no Brasil: entre o passado e o presente. *Revista Katálysis*, v. 24, n. 1, p. 1119-126, jan./abr., 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-0259.2021.e75120>.
- SILVA JÚNIOR, Nelson. O Brasil da barbárie à desumanização neoliberal: do “Pacto edípico, pacto social”, de Hélio Pellegrino, ao “E daí?”, de Jair Bolsonaro. In.: SAFATLE, Vladimir; SILVA JÚNIOR, Nelson; DUNKER, Christian. *Neoliberalismo: como gestão do sofrimento psíquico*. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- SINGER, Paul. A cidadania para todos. In.: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla B. *História da Cidadania*. 6. ed. São Paulo: Contexto, 2021.
- SIRÉN, Sebastian. Is there anything Left? The politics of socialspending in new democracies. *Governance*, v. 34, n. 1, p. 67-86, ago., 2020. DOI: 10.1111/gove.12466
- SNYDER, Timothy. *Na contramão da liberdade: a guinada autoritária nas democracias contemporâneas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.
- SOUZA, Ester Maria Figueiredo; FERREIRA, Lúcia Gracia. A matrícula como direito do estudante na pandemia da COVID-19. *Revista Práxis Educacional*, v. 17, n. 44, p. 488-508, jan./mar., 2021. DOI: <https://doi.org/10.22481/praxisedu.v17i44.8029>.
- TEIXEIRA, Sonia Maria Fleury; PINHO, Carlos Eduardo Santos. Liquefação da rede de proteção social no Brasil autoritário. *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 21, n. 1, p. 14-42, jan./abr., 2018. DOI: <https://doi.org/10.1590/1982-02592018v21n1p14>.
- TORRES, Jorge Gabriel Foa; REYNARES, Juan Manuel. Autoritarismo Narcisista y Articulación Impostada en el Caso Bolsonaro. *Distinciones (Necesarias) Entre Populismo y Discurso Capitalista*. *Mediações*, Londrina, v. 26, n. 2, p. 362-379, maio/ago., 2021. DOI: 10.5433/2176-6665.2021.2v26n2p362.
- WALDFOGEL, Hannah B.; SHEEHY-SKEFFINGTON, Jennifer; HAUSERC, Oliver P.; HOD, Arnold K.; KTEILY, Nour S. Ideology selectively shapes attention to inequality. *PNAS - Proceedings of the National Academy of Sciences*, v. 118, n. 14, p. 1-12, abr., 2021. DOI: 10.1073/pnas.2023985118.

- WHO. World Health Organization. Director-General's statement on IHR Emergency Committee on Novel Coronavirus (2019-nCoV). Genebra: WHO, 2020. Disponível em: <[https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-statement-on-ihremergency--committee-on-novel-coronavirus-\(2019-ncov\)](https://www.who.int/dg/speeches/detail/who-director-general-s-statement-on-ihremergency--committee-on-novel-coronavirus-(2019-ncov))>. Acesso em: 14 mar. 2022.
- WILKE, Helena Cecília Barreto Bruno. Racionalidade Neoliberal e uma Abordagem Segura de Vida: Práticas Restaurativas para a Formação do Humano Resiliente e o Combate às Vulnerabilidades. *Mediações*, Londrina, v. 26, n. 3, p. 568-588, set./dez., 2021 DOI: 10.5433/2176-6665.2021.3v26n3p568.
- WOOD, Ellen Meiksins. Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.
- YABANCI, Bilge. Populism as the problem child of democracy: The AKP's enduring appeal and the use of meso-level actors. *Journal of Southeast European and Black Sea Studies*, v. 16, n. 4, p. 591–617, out., 2016. DOI: <https://doi.org/10.1080/14683857.2016.1242204>.